

ESPECIAL RANKING DAS ESCOLAS

ENTREVISTA

Integração de alunos migrantes é crucial para não se criarem “guetos”

Domingos Fernandes, presidente do Conselho Nacional de Educação, aponta necessidade de reforçar apoios

Alexandra Inácio
alexandra.inacio@jn.pt

Após meio século dedicado ao ensino, está a meio do mandato à frente do Conselho Nacional de Educação. Domingos Fernandes defende que o país tem de melhorar a qualidade das aprendizagens e o Secundário deve deixar de ser “um corredor de acesso ao Superior”. A reestruturação dos ciclos, nomeadamente o ensino dos zero aos 12 anos é crucial, tal como a revisão da formação inicial dos professores, que têm de passar tempo nas escolas a partir do primeiro ano de faculdade. Não concorda com um “ano zero” para os alunos migrantes, mas alerta que os apoios têm de ser em todas as disciplinas e dentro da sala de aula.

Os rankings são um indicador da qualidade do ensino?

Difícilmente podem ser considerados um indicador credível da qualidade do ensino.

O Secundário está refém dos exames?

O que acontece nas escolas é um estreitamento do currículo, professores e alunos focam os esforços nas disciplinas onde vão fazer exame, os que podem recorrer a explicadores fazem-no, para conseguirem as notas que precisam para ingressar. Os cursos científico-humanísticos merecem uma

reformulação. Já não se pode ter um Secundário que é um corredor de acesso para o Superior.

Deve mudar a estrutura dos cursos e os programas disciplinares? Com toda a franqueza, não me parece. É importante refletir sobre o 3.º Ciclo, se vamos fazer como em outros países que têm um corredor de acesso ao Superior (“lower secondary”), que é um início, e eu acho que faz todo sentido.

Portanto, a mudança seria ao nível da reestruturação dos ciclos, com a fusão do 1.º e do 2.º ciclo e a junção do 3.º ao Secundário? Temos de clarificar o que vai ser a educação dos zero aos 12 anos. O Conselho Nacional de Educação, há 16 anos, pediu um estudo sobre esta questão que traçou diversos cenários. Um deles é um primeiro ciclo dos seis aos 12

“Precisamos que os alunos tenham mais tempo para pensar ou fazer experiências”

“Com respeito por honrosas exceções, o Ensino Superior não valoriza a formação de professores”

anos e um 3.º ciclo que seria a fase inicial do Secundário. É estranho que em 16 anos nada tenha mudado. Voltando à pergunta, o que precisamos é que os alunos tenham mais tempo para pensar ou para fazer experiências. Precisamos de cursos que estimulem o pensamento criativo e crítico, que desenvolvam as competências de resolução de problemas, que as universidades ou as empresas reclamam.

O ministério, este ano, revelou a taxa de conclusão dos alunos migrantes. É a mais baixa de todas. Num contexto de falta de professores, as escolas têm capacidade para integrar estes alunos?

Estamos a acompanhar muito de perto essa situação. Não nos satisfazem os dados do Português Língua Não Materna (PLNM).

O último “Estado de Educação” alertou para o facto de muitos destes alunos não serem abrangidos pelo PLNM.

A maioria. Temos só 20% dos alunos com acesso ao PLNM. É uma situação grave, que nos incomoda. Estamos a tentar perceber o que se passa.

Há escolas que não abrem turmas de PLNM e optam por apoios aos alunos.

Há exemplos de autarquias que



ALVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGES

têm apoiado associações a reforçar o ensino da língua. A verdade é que os dados que temos, neste momento, mostram que é preciso um grande reforço. É absolutamente fundamental porque não é uma situação que seja passageira. Não, está apenas a começar. Olhemos para os Estados Unidos ou para França.

O CNE está preocupado com esta resposta?

Sem dúvida. Repare, são os que mais reprovam. Eles e os alunos abrangidos pelo primeiro escalão da Ação Social Escolar, ou seja, os mais vulneráveis. Se eles não aprendem português, não podem aprender as outras disciplinas.

Concorda com um “ano zero”?

Nem por isso. Em países como os EUA isso não acontece e eles, especialmente os mais jovens,

aprendem rapidamente desde que com os devidos apoios. Não pode ser apenas o PLNM, se estão a ter aulas de Física ou de Matemática, também têm de ter apoio ao mesmo tempo. Não é fácil. Mas é claramente um desafio que o país não pode deixar de enfrentar, porque se eles não aprendem, guetizam-se e nascem graves problemas sociais, como se verifica noutros países como a França. A integração destes alunos é crucial.

Há escolas onde quase semanalmente chegam novos alunos, muitos sem saberem uma palavra de português. Como se consegue que aprendam História ou Biologia?

Não tenho dúvidas de que é uma situação bastante complexa. Temos de ver as condições reais para apoiar. A aprendizagem da língua é a questão mais premen-

te. Portugal, num conjunto de indicadores, está ao nível dos países mais desenvolvidos. A partir de agora, temos de melhorar a qualidade do ensino e das aprendizagens.

Como se vira a página?

Tem de mudar muito a formação dos professores. Tem de haver um investimento da parte do Ensino Superior e um aumento substancial da carga curricular em contexto de trabalho. Os enfermeiros, por exemplo, seguramente 50% do seu tempo curricular é nos centros de saúde ou hospitais. Não podemos ter uma formação que prepara os professores para a facilidade porque as dificuldades surgem na prática, nas escolas, com os alunos. A melhor maneira de encarar as dificuldades é a formação contínua. Não há hipótese nenhuma de um professor

cola hoje em dia. Quem pode ser professor de futuros professores? Em Portugal não colocamos esta questão. Têm de ter competências específicas, nomeadamente, experiência.

No Básico e no Secundário?

Sim, nos níveis para que vão formar professores. É uma questão que me parece central.

A formação foi revista no ano passado. O segundo ano de mestrado será dedicado ao estágio. A indução devia ser gradual?

Acho que, desde o primeiro ano da licenciatura, os alunos devem começar a ser expostos às situações reais de trabalho. E acho que a percentagem da formação prática tem de rondar 50%. Outra questão fundamental é a formação contínua. Não há hipótese nenhuma de um professor

não ter de estudar a vida toda. São questões fundamentais para a tal mudança no ensino.

As escolas devem recrutar os seus professores?

Deve caminhar-se para um sistema em que as escolas têm uma responsabilidade significativa no recrutamento. É a minha opinião pessoal, mas tem de ser feito sem beliscar os direitos de quem está no sistema.

Como se garante a renovação da classe?

Com todo o respeito por honrosas exceções, o Ensino Superior não valoriza devidamente a formação de professores. Tem de haver um esforço significativo ao nível das políticas públicas para universidades e politécnicos terem de considerar os cursos de formação de professores uma prioridade. ●

Acesso deve ser feito por uma prova comum

Foram aprovados ajustes no modelo de acesso ao Ensino Superior. A revisão devia ter sido mais profunda?

É uma questão muito delicada. Nunca tivemos tantos alunos no Superior, mas temos problemas diversos. O ajuste foi muito conservador.

Foi feito para disfarçar o problema da inflação de notas.

Mas não o fez.

Em 2023, 21% das notas atribuídas pelos colégios foram 20, nas públicas foram 5%. Estas percentagens são normais?

Claro que não. Não é justificado nem pelo contexto favorável, nem pelas explicações, não é aceitável. Não é um fenómeno recente. Temos um sistema que está a beneficiar um conjunto de alunos e a prejudicar outro conjunto. Não podemos fazer como a avestruz e enterrar a cabeça na areia. Não podemos ficar quietos enquanto uma situação da mais flagrante injustiça persistir, porque ninguém acredita que a moda de algumas disciplinas seja 20.

Como se resolve? Devem ser as universidades a recrutar?

O CNE fez uma recomendação sobre exames e acesso ao Ensino Superior, na qual punha em cima da mesa vários cenários, incluindo esse. O modelo vai ter de evoluir. No ideal, devíamos ter um sistema de acesso comum para todos os alunos [científico-humanísticos, profissional e artístico]. Nos cursos científico-humanísticos nunca se tocou, são o “ai Jesus” dos portugueses. Precisamos de um modelo que não cause disfunções, vai ter de evoluir com a colaboração das universidades, que terão de ter um papel mais relevante. Felizmente, temos o IAVE [Instituto de Avaliação Educativa], que é uma instituição credível, apta a fazer qualquer tipo de provas. Acho que a tendência poderá ser no sentido de termos uma prova para todos os alunos de todos os cursos. Há várias possibilidades, nós já tivemos uma em Portugal [PGA].

O Governo apresentou um plano de emergência para o próximo ano letivo não haver alunos sem professor a uma das disciplinas durante meses. Considera que medidas como o regresso de professores aposentados ou o recrutamento de bolseiros de doutoramento vai ser eficaz?

Acho positivo que haja um esforço do Governo para que os alunos tenham aulas. Em relação às medidas, não sabemos muito bem se vão resultar. Não se pode deixar de tomar medidas. Não se pode tolerar alunos sem aulas. Acredito que é um problema conjuntural e que se vai resolver a curto prazo.